

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.602.399 - RJ
(2019/0308922-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : ADEMILSON PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS : EVERALDO ALMEIDA DA SILVA - RJ032380
ANNA CAROLINA PERNI DA CRUZ CARDOSO - RJ185584
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DESPACHO

Trata-se de pedido de sobrestamento do presente feito tendo em vista a afetação do Tema n. 1.031 por esta Corte Superior de Justiça, no qual se discutirá a "possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei 9.032/1995 e do Decreto 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo".

No entanto, o recurso especial sequer ultrapassou o juízo de admissibilidade para que o mérito fosse apreciado e verificada a necessidade de suspensão, em razão da existência de tema repetitivo.

Conforme entendimento jurisprudencial desta Corte, não há que se falar em sobrestamento do feito quando este sequer ultrapassa o juízo de admissibilidade, como no caso dos autos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. CONVERSÃO PARA URV. DIFERENÇA DE VENCIMENTOS. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. PEDIDO DE SOBRESTAMENTO, FACE AO RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL, PELO STF, NO RE N.561.836/RN. NÃO CABIMENTO. NÃO ULTRAPASSADA A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.

I - Recurso especial ao qual foi negado seguimento na origem sob os seguintes fundamentos: não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional e Súmula 7/STJ. Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

II - Incumbe à parte, no agravo em recurso especial, atacar os fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso na origem. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

III - De acordo com o entendimento do STJ, "[...] não faz sentido deferir o sobrestamento do Recurso Especial interposto nestes autos, visto que ele sequer preencheu os requisitos de admissibilidade. Assim,

Superior Tribunal de Justiça

nessa hipótese, a futura decisão de mérito, a ser proferida no recurso repetitivo mencionado, não teria, por razões óbvias, como produzir efeitos, no caso em tela." (AgInt no AREsp 922.765/PB, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 07/02/2017, DJe 15/02/2017).

IV - Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1.035.512/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 23/6/2017) - grifo nosso.

Verifica-se, ainda, que não houve a interposição de qualquer recurso contra a decisão de fls. 370-371, que não conheceu do recurso especial.

Saliento, por fim, que o mero pedido de sobrestamento do feito não tem efeito interruptivo ou suspensivo quanto aos prazos recursais.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino que, após certificar-se o trânsito em julgado da decisão de fls. 370-371, os autos sejam baixados à origem.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente